



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA GERAL
SECRETARIA DE PESSOAL, SAÚDE, DESPORTO E PROJETOS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE PROJETOS SOCIAIS
COORDENAÇÃO-GERAL DO PROGRAMA FORÇAS NO ESPORTE E PROJETO JOÃO DO PULO

ACORDO DE
COOPERAÇÃO DPS/SEPESD/SG-MD Nº 01/2024

ACORDO DE

ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE
SI CELEBRAM A MITRA
ARQUIEPISCOPAL DO RIO DE JANEIRO -
PASTORAL DO MENOR E O MINISTÉRIO
DA DEFESA-MD, PARA O FIM QUE
ESPECIFICA

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DA DEFESA (MD)**, doravante denominado MD, inscrito no CNPJ sob o nº 03.277.610/0001-25, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco "Q", Brasília/DF, CEP 70049-900, neste ato representada pelo Senhor Secretário de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais **IDERVÂNIO DA SILVA COSTA (SEPESD/MD)**, nomeado pela Portaria nº 768, de 12 de julho de 2024 (publicada no DOU nº 133, de 12/07/2024, Seção 2, página 2), com delegação de competência advinda da Portaria GM-MD Nº 2.087, de 11 de abril de 2022 (publicado DOU nº 72, de 14/04/202, Seção 1, página 249), residente e domiciliado nesta Capital, e a **MITRA ARQUIEPISCOPAL DO RIO DE JANEIRO - PASTORAL DO MENOR (MARJ-PM)**, doravante denominada **PASTORAL**, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, com sede na Rua da Glória, nº 446, Glória-Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 33.593.575/0001-14, neste ato representada por seus procuradores, o Senhor **FELIPE LIMA PIRES**, nos termos da Procuração Pública contida na **CERTIDÃO - Livro nº 4878, folhas nº 72, Ato nº 53 – CARTÓRIO DO 15º OFÍCIO DE NOTAS DA CAPITAL**, sito à Rua do Ouvidor, nº 89, Centro, Rio de Janeiro/RJ, e o Senhor **IONALDO PEREIRA DA SILVA**, nos termos da Procuração Pública contida na **CERTIDÃO - Livro nº 4878, folhas nº 72, Ato nº 53 - Traslado – CARTÓRIO DO 15º OFÍCIO DE NOTAS DA CAPITAL**, sito à Rua do Ouvidor, nº 89, Centro, Rio de Janeiro/RJ,

RESOLVEM celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO** em observância às disposições da Lei nº

13.019, de 31 de julho de 2014, do Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016, mediante as cláusulas a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Acordo de Cooperação é contribuir para o esforço nacional e para o aperfeiçoamento do processo sócio inclusivo, especialmente no Estado do Rio de Janeiro, visando reduzir a exposição dos beneficiados, aos riscos da vulnerabilidade social e a escalada da violência, fatores endêmicos em regiões desassistidas daquele Estado, conforme especificações estabelecidas no Plano de Trabalho em anexo.

Tendo como objetivos específicos:

- a. Promover a integração em comunidade, fortalecendo o senso de cidadania, por meio do acesso à prática de atividades esportivas e físicas saudáveis, como também, de atividades educacionais e socialmente inclusivas.
- b. Conscientizar o público-alvo, sobre os valores éticos, morais e disciplinares necessários à vida em sociedade, em harmonia com as diretrizes pedagógicas do Programa Forças no Esporte e Projeto João do Pulo (**PROFESP/PJP**) conduzidos pelo **MD** e pelo **PROJETO PLEITEAR** - Plano Emergencial de Atendimento ao Adolescente em Situação de Vulnerabilidade Social conduzido pela **MARJ-PM**.

Subcláusula única. É vedada a alteração do objeto da parceria, sendo permitida a alteração, o acréscimo ou o melhor detalhamento de objetivos específicos, desde que preservado o objeto da parceria.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO

Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes se comprometem a seguir o Plano de Trabalho que, independentemente de transcrição, é parte integrante do presente Acordo de Cooperação, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os partícipes.

Constam no Plano de Trabalho, anexo a este instrumento, como parte integrante e indissociável do mesmo, as informações necessárias à sua execução, estabelecendo as ações a serem realizadas para o cumprimento do objeto pactuado, contendo dentre outros, os seguintes elementos:

- a. objeto;
- b. fases de execução;
- c. cronograma;
- d. previsão de início e término da execução do objeto;
- e. resultados esperados e participação nos mesmos; e
- f. periodicidade dos relatórios de gestão.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES COMUNS

São atribuições da **MARJ-PM** em conjunto com o **MD**:

- I. elaborar o Plano de Trabalho relativo aos objetivos deste Acordo de Cooperação;
- II. executar as ações objeto deste Acordo de Cooperação, assim como monitorar os resultados;
- III. acompanhar por meio de reuniões trimestrais e/ou relatórios a qualquer tempo, o andamento das ações

sociais conjuntas, visando avaliar e redirecionar, caso necessário, as atividades pedagógicas e socioeducativas previstas, como também, criar instrumentos de mensuração dos parâmetros de eficiência, eficácia e efetividade das citadas atividades; em atendimento aos Incisos VII e VIII do Art. 42 da Lei nº 13.019/2014.

IV. buscar novas parcerias e convênios, com a finalidade de melhorar o atendimento aos beneficiados pelas citadas ações sociais conjuntas; e

V. estabelecer, de forma conjunta, as ações institucionais de divulgação e exploração de imagem decorrentes do presente Acordo de Cooperação; e

VI. Observar os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste Acordo de Cooperação.

Subcláusula única. Os partícipes concordam em oferecer, em regime de colaboração mútua, todas as facilidades para a execução do presente instrumento, de modo a, no limite de suas possibilidades, não faltarem recursos humanos, materiais e instalações, conforme as exigências do Plano de Trabalho.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MINISTÉRIO DA DEFESA

Para viabilizar o objeto deste instrumento, são responsabilidades do **Ministério da Defesa**:

I. acompanhar a execução da parceria e zelar pelo cumprimento do disposto neste instrumento, na Lei nº 13.019/2014, no Decreto n. 8.726, de 2016 e nos demais atos normativos aplicáveis;

II. divulgar o objeto da parceria nos termos da legislação, mediante procedimentos definidos conforme seu juízo de conveniência e oportunidade;

III. zelar para que não haja compartilhamento de recurso patrimonial da UNIÃO (MINISTÉRIO DA DEFESA) na execução da parceria, tendo em vista que não ocorreu chamamento público no caso concreto;

IV. apreciar o Relatório de Execução do Objeto do Acordo de Cooperação, apresentado pela **MITRA ARQUIEPISCOPAL DO RIO DE JANEIRO - PASTORAL DO MENOR**; e

Subcláusula primeira: O monitoramento e a avaliação da parceria pelo **Ministério da Defesa** funcionarão da seguinte forma:

a. descrição das ações desenvolvidas para demonstrar o alcance dos resultados esperados;

b. comprovação da execução do objeto, tais como reportagens, atas de reuniões, relatório de término de atividades, fotos e ou outros documentos que o gestor por hora designado julgar necessário.

c. quantidade de beneficiados atendidos; e

d. quantidade de Organizações Militares atendidas.

Subcláusula segunda. O **MD** poderá realizar visita técnica in loco para subsidiar o monitoramento da parceria, devendo notificar a **MARJ-PM** com antecedência em relação à data da visita.

V. planejar e coordenar o desenvolvimento das atividades físicas, ocupacionais, de ensino e socioeducativas, visando alcançar os objetivos propostos pelo **PROFESP/PJP** em sinergia com o **PLEITEAR**:

- a. atender as orientações e determinações das Varas da Infância, da Juventude e do Idoso, no Estado do Rio de Janeiro, bem como as instruções da **MARJ-PM**, referentes ao trato com crianças e adolescentes, durante o período de realização das atividades previstas nos citados programas;
- b. proporcionar apoio médico e odontológico em nível ambulatorial, para atendimento às necessidades emergenciais dos beneficiados, durante as atividades do **PROFESP/PJP** em sinergia com o Projeto **PLEITEAR**;
- c. prover com alimentação e uniformes, quando os recursos permitirem, os beneficiados dos **PROFESP/PJP** em conjunto com o **PLEITEAR**;
- d. providenciar a adesão dos beneficiados ao seguro de acidentes pessoais para crianças e adolescentes dos programas sociais das Forças Armadas, quando este for disponibilizado pela entidade responsável; e
- e. disponibilizar modelo de relatório trimestral a ser preenchido pela **MARJ-PM**, com o intuito de realizar o monitoramento e avaliação do Acordo de Cooperação, em atendimento aos Incisos VII e VIII do Art. 42 da Lei nº 13.019/2014.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA MITRA ARQUIEPISCOPAL DO RIO DE JANEIRO - PASTORAL DO MENOR

Para viabilizar o objeto deste instrumento, são responsabilidades da **MARJ-PM**:

- I. executar o objeto da parceria de acordo com o Plano de Trabalho, observado o disposto neste instrumento, na Lei nº 13.019/2014, no e nos demais atos normativos aplicáveis;
- II. responsabilizar-se, exclusivamente, pelo regular pagamento de todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto da parceria;
- III. responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro necessário ao cumprimento dos seus compromissos na execução do objeto da parceria;
- IV. permitir o livre acesso dos agentes da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, dos órgãos de controle interno e do Tribunal de Contas aos processos, aos documentos e às informações relacionadas à execução a parceria, bem como aos locais de execução do seu objeto;
- V. apresentar o Relatório de Execução do Objeto, até 15 dias após o término das atividades escolares, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto, a quantidade de Organizações militares e de beneficiados atendidos no ano considerado e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados.
- VI. selecionar, prioritariamente, junto às comunidades mais próximas às OM onde serão desenvolvidas atividades do **PROFESP/PJP** e do **PLEITEAR**, as crianças e os adolescentes, matriculados na rede regular de ensino e em situação de vulnerabilidade social;
- VII. atender as orientações e determinações das Varas da Infância, da Juventude e do Idoso, no Estado do Rio de Janeiro, referentes ao trato com crianças e adolescentes, durante o período em que se encontrarem na prática das atividades previstas nos citados programas;
- VIII. fornecer à coordenação dos núcleos do **PROFESP/PJP** onde serão desenvolvidas, conjuntamente, atividades do **PLEITEAR**, com até 15 (quinze) dias de antecedência, os documentos e as informações necessários à participação das crianças e adolescentes no programa, no que for aplicável, tais como: certidão de nascimento, carteira de identidade, CPF, número de beneficiados, escolas matriculadas, entre outros. Deve-se atentar para a salvaguarda das informações pessoais conforme

prescrito no Art. 31, da Lei nº 12.521, de 2011 e dos Art. 55 a 58, do Decreto nº 7.724, de 2012;

- IX. Para o compartilhamento dos dados constante do inciso VIII, o arquivo a ser disponibilizado deverá conter senha de acesso para proporcionar a segurança e a confidencialidade no trato com a informação.
- X. informar à coordenação dos núcleos do **PROFESP/PJP** onde ocorrerão as atividades do **PLEITEAR**, imediatamente e por escrito, qualquer anormalidade verificada na realização dos eventos;
- XI. fornecer à coordenação dos núcleos do **PROFESP/PJP** participantes dos programas, informações do educador social e/ou Agente da Pastoral envolvido nas ações conjuntas e, também, do seu substituto eventual, tais como: endereço, telefone para contato, e-mail, entre outros, para que sejam encaminhadas as informações necessárias para a resolução de problemas subitâneos;
- XII. zelar pelos direitos e obrigações das crianças e adolescentes beneficiados em virtude deste Acordo de Cooperação, na conformidade da legislação aplicada ao caso, em especial o ECA;
- XIII. disponibilizar à coordenação dos núcleos do **PROFESP/PJP** participantes dos programas, um profissional de serviço social para supervisionar as ações socioeducacionais e de cidadania, desenvolvidas para atender as necessidades apresentadas, de acordo com a disponibilidade da **MARJ-PM**;
- XIV. disponibilizar, quando possível, oportunidades aos beneficiados pela ação social conjunta, inserção no mundo digital, com vistas à preparação para o mercado de trabalho;
- XV. disponibilizar, quando possível, cursos de capacitação profissional ao público-alvo dos núcleos do **PROFESP/PJP**, onde desenvolver-se-ão atividades do **PLEITEAR**, aproveitando as especificidades funcionais de cada OM, responsáveis pelos respectivos núcleos; e
- XVI. preencher e disponibilizar à Coordenação-Geral **PROFESP/PJP**, trimestralmente, relatório de crianças, adolescentes e pessoas com deficiência beneficiadas em parceria com o **PROFESP/PJP**, a fim de compor relatório semestral da Coordenação-Geral do **PROFESP/PJP** na verificação da viabilidade e da continuidade da parceria, em atendimento aos Incisos VII e VIII do Art. 42 da Lei nº 13.019/2014.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E PATRIMONIAIS

Para a execução do presente Acordo de Cooperação não haverá transferência de recursos financeiros e patrimoniais entre os PARTÍCIPEs

Subcláusula primeira. Eventuais ações derivadas deste Acordo de Cooperação que possam implicar necessidade de transferência de recursos financeiros deverão ser viabilizadas por intermédio de instrumentos específicos, observadas as normas e procedimentos administrativos inerentes e necessários a sua consecução.

Subcláusula segunda. O objeto deste instrumento não envolve a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial da UNIÃO (MINISTÉRIO DA DEFESA).

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos empregados pelos PARTÍCIPEs, no contexto da execução das atividades inerentes ao presente Acordo de Cooperação, não poderão sofrer alteração em suas respectivas vinculações funcionais e empregatícias, sendo vedada a geração de ônus com despesas de pessoal, de um para o outro PARTÍCIPE.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO E VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Acordo de Cooperação será de 24 meses a partir da data de sua assinatura,

podendo ser prorrogado, nas condições previstas no art. 55 da Lei nº 13.019, de 2014, mediante Termo Aditivo, por solicitação da OSC devidamente fundamentada, desde que autorizada pela Administração Pública, ou por proposta da Administração Pública e respectiva anuência da OSC, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

Este Acordo de Cooperação poderá ser rescindido por mútuo consentimento ou em face de superveniência de impedimento que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda por conveniência de qualquer um dos PARTÍCIPES, mediante notificação, por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES

As alterações no Acordo de Cooperação e no Plano de Trabalho serão formalizadas por Certidão de Apostilamento, exceto quando se tratar de prorrogação da vigência da parceria, caso em que deverá ser formalizado o devido Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS DIREITOS INTELECTUAIS

A **MARJ-PM** declara, mediante a assinatura deste instrumento, que se responsabiliza integralmente por providenciar desde já, independente de solicitação da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, todas as autorizações necessárias para que o **MD**, sem ônus, durante o prazo de proteção dos direitos incidentes, em território nacional e estrangeiro, em caráter não exclusivo, utilize, frua e disponha dos bens submetidos a regime de propriedade intelectual que eventualmente decorrerem da execução desta parceria, da seguinte forma:

I - Quanto aos direitos de que trata a Lei nº 9.279/1996, pelo uso de produto objeto de patente, processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado, desenho industrial, indicação geográfica e marcas;

II - Quanto aos direitos de que trata a Lei nº 9.610/1998, pelas seguintes modalidades:

- a) a reprodução parcial ou integral;
- b) a adaptação;
- c) a tradução para qualquer idioma;
- d) a inclusão em fonograma ou produção audiovisual;
- e) a distribuição, inclusive para oferta de obras ou produções mediante cabo, fibra ótica, satélite, ondas ou qualquer outro sistema que permita ao usuário realizar a seleção da obra ou produção para percebê-la em um tempo e lugar previamente determinados por quem formula a demanda, e nos casos em que o acesso às obras ou produções se faça por qualquer sistema que importe em pagamento pelo usuário;
- f) a comunicação ao público, mediante representação, recitação ou declamação; execução musical, inclusive mediante emprego de alto-falante ou de sistemas análogos; radiodifusão sonora ou televisiva; captação de transmissão de radiodifusão em locais de frequência coletiva; sonorização ambiental; exibição audiovisual, cinematográfica ou por processo assemelhado; exposição de obras de artes plásticas e figurativas; e
- g) a inclusão em base de dados, o armazenamento em computador e equipamentos similares, a microfilmagem e as demais formas de arquivamento do gênero.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA AFERIÇÃO DOS RESULTADOS

O órgão central de coordenação do **PROFESP/PJP** é o Departamento de Projetos Sociais – DPS do MD, razão pela qual deterá a competência para proceder gestões junto à **MARJ-PM**, visando a execução do presente ACORDO DE COOPERAÇÃO.

As atividades do **PROFESP/PJP** e do **PLEITEAR** ocorrerão nas Organizações Militares (OM) da Marinha,

do Exército e da Aeronáutica, devendo ser respeitadas as restrições de serviço e de segurança, especialmente quanto aos horários, aos acessos e às limitações concernentes às instalações utilizadas para realização de refeições, prática de atividades desportivas e atividades diversas.

Em casos excepcionais, as realizações das ações sociais conduzidas pelo **PROFESP/PJP** e pelo **PLEITEAR** poderão ocorrer em local diverso, mediante ajuste prévio entre o comando da OM e o representante local ou regional da **MARJ-PM**.

As ações que, por circunstâncias excepcionais, possam impactar a funcionalidade regular desta parceria, somente poderão ser implantadas por decisão conjunta entre o **MD** e a **MARJ-PM**.

Os atos de divulgação e publicidade dessa ação social conjunta são prerrogativas que assistem ao **MD** e à **MARJ-PM**, em igualdade de condições, acordados entre ambos, sendo respeitadas as peculiaridades de cada entidade.

Para o desenvolvimento de ações no âmbito da parceria, o **MD** e a **MARJ-PM** poderão buscar o apoio de outras entidades, respeitadas as condições do **ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 01/2024**, mediante prévia e expressa anuência do outro partícipe.

Os resultados do presente Acordo de Cooperação serão aferidos por intermédio do Relatório de Execução do Objeto.

Subcláusula primeira. O Relatório de Execução do Objeto deverá conter:

I - descrição das ações desenvolvidas para a execução do objeto, para demonstrar o alcance dos resultados esperados;

II - documentos de comprovação da execução do objeto, tais como: reportagens, atas de reuniões, relatório de término de atividades, fotos e ou outros documentos que o gestor por hora designado julgar necessário; e

III - documentos de comprovação do cumprimento de suas responsabilidades quanto aos direitos intelectuais dos bens decorrentes da execução da parceria, se for caso.

Subcláusula segunda- A competência para a apreciação do Relatório de Execução do Objeto é da autoridade competente para celebrar a parceria, com possibilidade de delegação.

Subcláusula terceira - Caso o cumprimento das responsabilidades já esteja comprovado no processo pela existência de documentação suficiente apresentada pela **MITRA ARQUIEPISCOPAL DO RIO DE JANEIRO - PASTORAL DO MENOR** ou pelo teor de documento técnico oficial produzido pelo **MINISTÉRIO DA DEFESA** atestando a execução do objeto, o administrador público poderá decidir pelo imediato arquivamento do processo, sem necessidade de apresentação do Relatório de Execução do Objeto.

Subcláusula quarta- A apreciação do Relatório de Execução do Objeto ocorrerá no prazo de até 30 (trinta) dias, contado da data de sua apresentação pela **MARJ-PM**.

I - O prazo de análise poderá ser prorrogado, mediante decisão motivada.

II - O transcurso do prazo sem que o relatório tenha sido apreciado:

a) não impede que a **MARJ-PM** participe de chamamentos públicos ou celebre novas parcerias; e

b) não implica impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras ou punitivas pela inexecução do objeto.

Subcláusula quinta - A **MARJ-PM** deverá manter a guarda dos documentos originais relativos à execução da parceria pelo prazo de dez anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação do Relatório de Execução do Objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES

A execução da parceria em desacordo com este instrumento, seu Plano de Trabalho ou com o disposto na Lei nº 13.019, de 2014, e demais disposições normativas aplicáveis, pode ensejar apuração e aplicação à organização parceira das sanções previstas nos respectivos normativos, garantidos os primados do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa.

Subcláusula única. A insuficiência do Relatório de Execução do Objeto e do conjunto de documentos existentes nos autos para a finalidade de comprovação da execução do objeto da parceria pode, igualmente, ensejar apuração e aplicação de sanções.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EFICÁCIA, DO REGISTRO E DA PUBLICAÇÃO

Este Acordo de Cooperação terá eficácia a partir de sua publicação, devendo a UNIÃO (MINISTÉRIO DA DEFESA) efetuar os registros necessários dele decorrentes e publicar seu extrato no D.O.U., nos termos dos Arts. 10 e 38 da Lei nº 13.019, de 2014.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DIVULGAÇÃO

Os PARTÍCIPIES poderão divulgar sua participação no presente Acordo de Cooperação, na forma prevista nos arts. 10 a 12 da Lei nº 13.019, de 2014, sendo obrigatória a manutenção da logomarca do PROFESP/PJP em toda e qualquer divulgação, com informação sobre a atividade de divulgação à Coordenação-Geral do Programa Forças no Esporte e Projeto João do Pulo, por intermédio do endereço eletrônico: "cgprofesp@defesa.gov.br.", para avaliação sobre divulgação institucional a ser efetuada pelo Ministério da Defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICIDADE

A publicidade decorrente dos atos, programas, obras, serviços e campanhas, procedentes deste Acordo de Cooperação deverá possuir caráter educativo, informativo, ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do art. 37, § 1º, da Constituição da República.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

Na impossibilidade de se dirimir casos omissos e eventuais divergências mediante consultas e entendimentos mútuos ou mediante atuação da Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal (CGU/AGU), nos termos dos arts. 32, II e § 2º, e 43 da Lei nº 13.140, de 2015, e do art. 41, III, “d”, do Anexo I do Decreto nº 11.328, de 2023, fica estabelecido o foro judicial da Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal, como competente para processar e julgar quaisquer conflitos decorrentes do presente Acordo de Cooperação, renunciando, os PARTÍCIPIES, desde já, a quaisquer outros, por mais privilegiados que possam ser.

Lei nº 13.140, de 2015:

“Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997. (...)”

Art. 32. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão criar câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos, no âmbito dos respectivos órgãos da Advocacia Pública, onde houver, com competência para: (...)”

II - avaliar a admissibilidade dos pedidos de resolução de conflitos, por meio de composição, no caso de controvérsia entre particular e pessoa jurídica de direito público;

(...) § 2º A submissão do conflito às câmaras de que trata o caput é facultativa e será cabível apenas nos casos previstos no regulamento do respectivo ente federado. (...)

Art. 43. Os órgãos e entidades da administração pública poderão criar câmaras para a resolução de conflitos entre particulares, que versem sobre atividades por eles reguladas ou supervisionadas.”

Decreto nº 11.328, de 2023:

“Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Advocacia-Geral da União e remaneja cargos em comissão e funções de confiança.

(...)

Anexo I

(...)

Art. 41. À Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal compete:

(...)

III - dirimir, por meio de mediação, as controvérsias: (...)

d) que envolvam particular e órgão ou entidade da administração pública federal, nos casos previstos no regulamento de que trata o § 2º do art. 32 da Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015;”

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO COMPARTILHAMENTO DE INFORMAÇÕES ENTRE OS PARTICÍPIES

O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

As informações pessoais, presente neste Acorde de Cooperação, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem, terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo estipulado no Art. 31, §1º, I, da Lei 12.527, de 2011 a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem.

Aquele que obtiver acesso às informações pessoais, presente neste Acorde de Cooperação, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem será responsabilizado por seu uso indevido.

Poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem.

O consentimento não será exigido nas hipóteses previstas no Art. 31, § 3º, incisos de I a V, da Lei 12.527, de 2011.

A restrição de acesso à informação relativa à vida privada, honra e imagem de pessoa não poderá ser invocada com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades em que o titular das informações estiver envolvido.

Para o compartilhamento dos dados constante do inciso VIII da Cláusula Quinta, o arquivo, protegido por senha, deverá tramitar por intermédio de e-mails funcionais e institucionais, a fim de garantir a segurança, confidencialidade, transparência e a rastreabilidade.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Na hipótese de haver divergências, que não puderem ser solucionadas diretamente por consentimento, os partícipes solicitarão à Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal - CCAF, órgão da Advocacia-Geral da União, a avaliação da admissibilidade dos pedidos de resolução de conflitos, por meio de conciliação.

Subcláusula primeira. Os vínculos jurídicos, de qualquer natureza, assumidos isoladamente pelo MD ou pela MARJ-PM, são de exclusiva responsabilidade do partícipe que os tiver adotado, não se comunicando ao

copartícipe, a qualquer título, nem sob qualquer pretexto ou fundamento.

Subcláusula segunda. Cada partícipe responsabiliza-se pelas ações ou omissões praticadas por seus agentes na execução do objeto do presente Acordo de Cooperação, obrigando-se a reparar os danos porventura causados ao copartícipe ou a terceiros;

Subcláusula terceira. Fica estabelecido que não decorrerá deste Acordo de Cooperação o estabelecimento de qualquer vínculo, especialmente de natureza trabalhista, entre o pessoal utilizado na execução dos trabalhos e atividades, ficando o MD e a MARJ-PM isentos de qualquer responsabilidade, ainda que solidária, por dívidas de natureza trabalhista, previdenciária ou tributária relativa a esse pessoal.

Subcláusula quarta. A tolerância, desde que fundamentada, de qualquer dos partícipes por inadimplementos das cláusulas ou condições deste Acordo de Cooperação, deverá ser entendida como mera liberalidade, não produzindo novação, modificação, renúncia ou perda de direito de vir a exigir o cumprimento da respectiva obrigação.

Subcláusula quinta. Foi dispensada a realização de chamamento público para a consecução do objeto desta parceria, em razão do que disposto no art. 29 da Lei nº 13.019, de 2014, e, em especial, por esta avença não contemplar qualquer tipo de transferência de recursos entre os partícipes.

Subcláusula sexta. Serão extraídas cópias do presente Acordo de Cooperação: uma para o MD e uma para a MARJ-PM.

Para que produza os efeitos legais e, por se acharem justos e acordados, os partícipes celebram o presente Acordo de Cooperação que vai assinado por seus representantes legais e as testemunhas abaixo indicadas, em duas vias de igual teor e forma.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, assinam eletronicamente por meio de seus representantes, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Assinaturas:

Pelo SEPESD/MD:

IDERVÂNIO DA SILVA COSTA

Secretário de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais

Pela Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro - Pastoral do Menor:

IONALDO PEREIRA DA SILVA

Procurador

FELIPE LIMA PIRES

Procurador

Testemunha:

MARCOS WERNECK REGINA - CMG (RM1)

Gestor



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Lima Pires, Usuário Externo**, em 31/10/2024, às 17:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Ionaldo Pereira da Silva, Usuário Externo**, em 31/10/2024, às 18:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Werneck Regina, Coordenador(a)-Geral**, em 01/11/2024, às 11:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Idervânio da Silva Costa, Secretário(a)**, em 05/11/2024, às 16:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **7509514** e o código CRC **362D9829**.



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA GERAL
SECRETARIA DE PESSOAL, SAÚDE, DESPORTO E PROJETOS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE PROJETOS SOCIAIS
COORDENAÇÃO-GERAL DO PROGRAMA FORÇAS NO ESPORTE E PROJETO JOÃO DO PULO

PLANO DE TRABALHO - PT Nº 2/ 2024 - CGPROFESP/PJP

1. DADOS CADASTRAIS DOS PARTICIPES

1.1. DADOS DO MINISTÉRIO DA DEFESA (MD)

Órgão/Entidade Ministério da Defesa				CNPJ/MF 03.277.610/0001-25	
Endereço Esplanada dos Ministérios – Bloco O, Anexo 1, 5º andar, sala 525.					
Cidade Brasília	UF DF	CEP 70049-900	Telefone (61) 3312-4441		UG/Código de Gestão 110404/0001
Nome do Representante Legal IDERVÂNIO DA SILVA COSTA					
Função Secretário de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais					
Endereço Eletrônico idervanio.costa@defesa.gov.br					
Secretaria/Departamento Responsável pelo Acordo de Cooperação Coordenador-Geral do Programa Forças no Esporte e Projeto João do Pulo					
Coordenador Geral Responsável pelo Acordo de Cooperação CMG (RM1) MARCOS WERNECK REGINA					
Endereço Eletrônico cgprofesp@defesa.gov.br			Telefone Fixo (61) 2023 4404		

1.2. DADOS DA MITRA ARQUIEPISCOPAL DO RIO DE JANEIRO - PASTORAL DO MENOR (MARJ-PM)

Tipo () Público (X) Privado	Nome/Razão Social Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro- Pastoral do Menor	CNPJ Nº nº 33.593.575/0001-14
--	---	---

Endereço da Sede (Avenida, Rua, Nº, Bairro) Rua Benjamin Constant, nº 23- Glória/Rio de Janeiro- RJ			
Cidade Rio de Janeiro	UF RJ	CEP 20.241-150	(DDD) Telefone (021) 2292-3132
Nome do Representante Legal IONALDO PEREIRA DA SILVA			
Nome do Representante Legal FELIPE LIMA PIRES			

2. OBJETO

2.1. O objeto do presente Plano de Trabalho é contribuir para o esforço nacional e para o aperfeiçoamento do processo sócio inclusivo, especialmente no Estado do Rio de Janeiro, visando reduzir a exposição dos beneficiados, aos riscos da vulnerabilidade social e a escalada da violência, fatores endêmicos em regiões desassistidas daquele Estado.

As ações sociais conjuntas pelo Ministério da Defesa (**MD**) e a Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro-Pastoral do Menor (**MARJ-PM**), em conjugação de esforços, para promover o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes na faixa etária dos 6 (seis) aos 18 (dezoito) anos, regularmente matriculados na rede de ensino regular, contemplando, prioritariamente os casos de vulnerabilidade social, e pessoas com deficiência, preferencialmente em situação de vulnerabilidade social, com prioridade para as crianças, os adolescentes e os jovens, a partir dos seis anos de idade, tudo por meio de salutares ações educacionais, esportivas e físicas, atendidas pelo Programa Forças no Esporte (**PROFESP**) e Projeto João do Pulo (**PJP**) em total sinergia com o Projeto de Atendimento à Criança e ao Adolescente em Situação de Vulnerabilidade Social / **PLEITEAR** da Pastoral do Menor.

2.2. É vedada a alteração do objeto da parceria, sendo permitida a alteração, o acréscimo ou o melhor detalhamento de objetivos específicos, desde que preservado o objeto da parceria.

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Promover a integração em comunidade, fortalecendo o senso de cidadania, por meio do acesso à prática de atividades esportivas e físicas saudáveis, como também, de atividades educacionais e socialmente inclusivas.
- Conscientizar o público-alvo, sobre os valores éticos, morais e disciplinares necessários à vida em sociedade, em harmonia com as diretrizes pedagógicas do Programa Forças no Esporte e Projeto João do Pulo (**PROFESP/PJP**) conduzidos pelo **MD** e pelo **PROJETO PLEITEAR** - Plano Emergencial de Atendimento ao Adolescente em Situação de Vulnerabilidade Social conduzido pela **MARJ-PM**.

4. EXECUÇÃO

4.1. A central de coordenação do **PROFESP/PJP**, no âmbito do **MD**, é o Departamento de Projetos Sociais (DPS), razão pela qual deterá a competência para proceder gestões junto à **MARJ-PM**, visando a execução do presente **Plano de Trabalho**.

4.2. As atividades do **PROFESP/PJP** e do **PLEITEAR** ocorrerão nas Organizações Militares (OM) da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, devendo ser respeitadas as restrições de serviço e de segurança,

especialmente quanto aos horários, aos acessos e às limitações concernentes às instalações utilizadas para realização de refeições, prática de atividades desportivas e atividades diversas.

4.3. Em casos excepcionais, as realizações das ações sociais conduzidas pelo **PROFESP/PJP** e pelo **PLEITEAR** poderão ocorrer em local diverso, mediante ajuste prévio entre o Comando da OM e o representante local ou regional da **MARJ-PM**.

4.4. As ações que, por circunstâncias excepcionais, possam impactar a funcionalidade regular desta parceria, somente poderão ser implantadas por decisão conjunta entre o **MD** e a **MARJ-PM**.

4.5. Os atos de divulgação e publicidade dessa ação social conjunta são prerrogativas que assistem ao **MD** e à **MARJ-PM**, em igualdade de condições, acordados entre ambos, sendo respeitadas as peculiaridades de cada entidade.

4.6. Para o desenvolvimento de ações no âmbito da parceria, o **MD** e a **MARJ-PM** poderão buscar o apoio de outras entidades, respeitadas as condições do **ACORDO DE COOPERAÇÃO DPS/SEPESD/SG-MD Nº 01/2024** e do **PLANO DE TRABALHO Nº 02/2024 - CGPROFESP/PJP**, mediante prévia e expressa anuência do outro partícipe.

4.7. Os resultados do presente Plano de Trabalho serão aferidos por intermédio do Relatório de Execução do Objeto.

O Relatório de Execução do Objeto deverá conter:

I - descrição das ações desenvolvidas para a execução do objeto, para demonstrar o alcance dos resultados esperados;

II - documentos de comprovação da execução do objeto, tais como: reportagens, atas de reuniões, relatório de término de atividades, fotos e ou outros documentos que o gestor por hora designado julgar necessário; e

III - documentos de comprovação do cumprimento de suas responsabilidades quanto aos direitos intelectuais dos bens decorrentes da execução da parceria, se for caso.

4.8. Caso o cumprimento das responsabilidades já esteja comprovado no processo pela existência de documentação suficiente apresentada pela **MARJ-PM** ou pelo teor de documento técnico oficial produzido pelo **MD** atestando a execução do objeto, o administrador público poderá decidir pelo imediato arquivamento do processo, sem necessidade de apresentação do Relatório de Execução do Objeto.

4.9. A apreciação do Relatório de Execução do Objeto ocorrerá no prazo de até 30 (trinta) dias, contado da data de sua apresentação pela **MARJ-PM**.

I - O prazo de análise poderá ser prorrogado, mediante decisão motivada.

II - O transcurso do prazo sem que o relatório tenha sido apreciado:

a) não impede que a **MARJ-PM** participe de chamamentos públicos ou celebre novas parcerias;

b) não implica impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras ou punitivas pela inexecução do objeto.

4.10. A **MARJ-PM** deverá manter a guarda dos documentos originais relativos à execução da parceria pelo prazo de dez anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação do Relatório de Execução do Objeto.

4.11. A execução da parceria em desacordo com este instrumento, seu Plano de Trabalho ou com o disposto na Lei nº 13.019/2014, e demais disposições normativas aplicáveis, pode ensejar apuração e aplicação à organização parceira das sanções previstas nos respectivos normativos, garantidos os primados do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa.

4.12. A insuficiência do Relatório de Execução do Objeto e do conjunto de documentos existentes nos autos para a finalidade de comprovação da execução do objeto da parceria pode, igualmente, ensejar apuração e

aplicação de sanções.

5. FUNCIONALIDADE

5.1. A implantação e o desenvolvimento das atividades do **PROFESP/PJP** e do **PLEITEAR** serão operacionalizados por meio das seguintes ações de natureza interdependentes, desenvolvidas no contraturno escolar:

- 5.1.1. desenvolvimento de valores sociais e cidadania;
- 5.1.2. redução da exposição aos riscos sociais;
- 5.1.3. desenvolvimento da capacidade física e da habilidade motora;
- 5.1.4. apoio com reforço educacional, cultural e social;
- 5.1.5. apoio com reforço e segurança alimentar; e
- 5.1.6. revelação de talentos.

5.2. As ações conduzidas pelo **PROFESP/PJP** e pelo **PLEITEAR** terão como suporte a utilização das instalações e dos equipamentos esportivos, da infraestrutura e da logística disponíveis nas OM das Forças Armadas participantes do **PROFESP/PJP**, que funcionarão em parceria com a comunidade, a iniciativa privada, os demais segmentos do poder público e privado e o sistema esportivo organizado civil e militar.

6. JUSTIFICATIVA

A junção entre a sistemática de funcionamento do **PROFESP/PJP** e a notória experiência em ações inclusivas angariada pela **MARJ-PM**, por intermédio do **PLEITEAR**, promovem a cidadania dos segmentos mais vulneráveis da população assistida. Os Programas constituem-se de um importante instrumento destinado a combater os riscos sociais vivenciados na atualidade por crianças e adolescentes em estado de vulnerabilidade, oferecendo-lhes atividades educativas, recreativas e lúdicas, além de reforço alimentar e disponibilidade de profissionais da área de saúde para avaliações semestrais. Garante, também, o atendimento emergencial de beneficiados, conjugando educação, saúde, cultura, esporte e lazer para promover a inclusão.

7. FASES DO PROGRAMA

7.1. Ações preliminares - o trabalho iniciar-se-á com a mobilização das comunidades vizinhas às OM onde serão implantados os futuros núcleos do **PROFESP/PJP** e do **PLEITEAR**, sendo divulgada a proposta pela **MARJ-PM**, que selecionará as crianças e os adolescentes, em observância aos critérios do programa.

7.2. Seleção - caberá aos Agentes da Pastoral e equipe técnica do **PLEITEAR** o encaminhamento e a avaliação do perfil social e econômico das crianças e adolescentes que participarão das atividades, em caráter voluntário, oriundos de comunidades próximas às áreas de vulnerabilidade social. Os selecionados, com o consentimento de seus pais ou responsáveis, participarão das atividades no período diurno, em estrita observância aos preceitos preconizados na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

7.3. Avaliação - a avaliação do perfil social e econômico das crianças e adolescentes submetidos ao processo de seleção será realizada por meio da análise da documentação familiar e questões subjetivas.

7.4. Recepção - as crianças e adolescentes que participarão do programa serão recepcionados, devidamente acompanhados por seus pais ou responsáveis e pela equipe de coordenação do núcleo do **PROFESP/PJP** e do **PLEITEAR**, quando receberão instruções acerca do desenvolvimento do programa,

tais como: atividades previstas, horários, normas pertinentes à frequência, advertências, suspensão, desligamentos, entre outras, além da ênfase quanto ao caráter de voluntariado da inscrição.

7.5. Execução das atividades previstas - além das atividades físicas, educacionais e culturais previstas para serem ministradas, os beneficiados participarão, também, das cerimônias e atividades cívico-militares realizadas nas OM, acompanhando a rotina castrense ali desenvolvida, naquilo que couber, com a finalidade de internalizar valores e atributos indispensáveis à vida em sociedade.

8. ATRIBUIÇÕES DO MINISTÉRIO DA DEFESA

8.1. Planejar e coordenar o desenvolvimento das atividades físicas, ocupacionais, de ensino e socioeducativas, visando alcançar os objetivos propostos pelo **PROFESP/PJP** em sinergia com o **PLEITEAR**.

8.2. Atender as orientações e determinações das Varas da *Infância, da Juventude e do Idoso, no Estado do Rio de Janeiro*, bem como as instruções da **MARJ-PM**, referentes ao trato com crianças e adolescentes, durante o período de realização das atividades previstas nos citados programas.

8.3. Proporcionar apoio médico e odontológico em nível ambulatorial, para atendimento às necessidades emergenciais dos beneficiados, durante as atividades do **PROFESP/PJP** em sinergia com o Projeto **PLEITEAR**.

8.4. Prover com alimentação e uniformes, quando os recursos permitirem, os beneficiados dos **PROFESP/PJP** em conjunto com o **PLEITEAR**.

8.5. Providenciar a adesão dos beneficiados ao seguro de acidentes pessoais para crianças e adolescentes dos programas sociais das Forças Armadas, quando este for disponibilizado pela entidade responsável.

8.6. Disponibilizar modelo de relatório trimestral a ser preenchido pela **MARJ-PM**, com o intuito de realizar o monitoramento e avaliação do **ACORDO DE COOPERAÇÃO DPS/SEPESD/SG-MD N° 01/2024**, em atendimento aos Incisos VII e VIII do Art. 42 da Lei n° 13.019/2014.

8.7. Acompanhar a execução da parceria e zelar pelo cumprimento do disposto neste instrumento, na Lei n° 13.019/2014, no Decreto n. 8.726/2016 e nos demais atos normativos aplicáveis.

8.8. Divulgar o objeto da parceria nos termos da legislação, mediante procedimentos definidos conforme seu juízo de conveniência e oportunidade.

8.9. Zelar para que não haja compartilhamento de recurso patrimonial da **UNIÃO (MD)** na execução da parceria, tendo em vista que não ocorreu chamamento público no caso concreto.

8.10. O **MD** poderá realizar visita técnica in loco para subsidiar o monitoramento da parceria, devendo notificar a **MARJ-PM** com antecedência em relação à data da visita.

9. ATRIBUIÇÕES DA PASTORAL

9.1. Executar o objeto da parceria de acordo com o Plano de Trabalho, observado o disposto neste instrumento, na Lei n° 13.019/2014, e nos demais atos normativos aplicáveis.

9.2. Responsabilizar-se, exclusivamente, pelo regular pagamento de todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto da parceria.

9.3. Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro necessário ao cumprimento dos seus compromissos na execução do objeto da parceria.

9.4. Permitir o livre acesso dos agentes da **UNIÃO (MD)**, dos órgãos de controle interno e do Tribunal de

Contas aos processos, aos documentos e às informações relacionadas à execução a parceria, bem como aos locais de execução do seu objeto.

9.5. Apresentar o Relatório de Execução do Objeto, até 15 dias após o término das atividades escolares, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto, a quantidade de Organizações militares e de beneficiados atendidos no ano considerado e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados.

9.6. Selecionar, prioritariamente, junto às comunidades mais próximas às OM onde serão desenvolvidas atividades do **PROFESP/PJP** e do **PLEITEAR**, as crianças e os adolescentes, matriculados na rede regular de ensino e em situação de vulnerabilidade social.

9.7. Atender as orientações e determinações das Varas da *Infância*, da *Juventude e do Idoso*, no Estado do Rio de Janeiro, referentes ao trato com crianças e adolescentes, durante o período em que se encontrarem na prática das atividades previstas nos citados programas.

9.8. Fornecer à coordenação dos núcleos do **PROFESP/PJP** onde serão desenvolvidas, conjuntamente, atividades do **PLEITEAR**, com até 15 (quinze) dias de antecedência, os documentos e as informações necessários à participação das crianças e adolescentes no programa, no que for aplicável, tais como: certidão de nascimento, carteira de identidade, CPF, número de beneficiados, escolas matriculadas, entre outros. Deve-se atentar para a salvaguarda das informações pessoais conforme prescrito no Art. 31, da Lei nº 12.521, de 2011 e dos Art. 55 a 58, do Decreto nº 7.724, de 2012.

9.9. Para o compartilhamento dos dados constante do subitem 9.8 acima, o arquivo a ser disponibilizado deverá conter senha de acesso para proporcionar a segurança e a confidencialidade no trato com a informação.

9.10. Informar à coordenação dos núcleos do **PROFESP/PJP** onde ocorrerão as atividades do **PLEITEAR**, imediatamente e por escrito, qualquer anormalidade verificada na realização dos eventos.

9.11. Fornecer à coordenação dos núcleos do **PROFESP/PJP** participantes dos programas, informações do educador social e/ou Agente da Pastoral envolvido nas ações conjuntas e, também, do seu substituto eventual, tais como: endereço, telefone para contato, e-mail, entre outros, para que sejam encaminhadas as informações necessárias para a resolução de problemas subitâneos.

9.12. Zelar pelos direitos e obrigações das crianças e adolescentes beneficiados em virtude deste Plano de Trabalho, na conformidade da legislação aplicada ao caso, em especial o ECA.

9.13. Disponibilizar à coordenação dos núcleos do **PROFESP/PJP** participantes dos programas, um profissional de serviço social para supervisionar as ações socioeducacionais e de cidadania, desenvolvidas para atender as necessidades apresentadas, de acordo com a disponibilidade da **MARJ-PM**.

9.14. Disponibilizar, quando possível, oportunidades aos beneficiados pela ação social conjunta, inserção no mundo digital, com vistas à preparação para o mercado de trabalho.

9.15. Disponibilizar, quando possível, cursos de capacitação profissional ao público-alvo dos núcleos do **PROFESP/PJP**, onde desenvolver-se-ão atividades do **PLEITEAR**, aproveitando as especificidades funcionais de cada OM, responsáveis pelos respectivos núcleos.

9.16. Preencher e disponibilizar à Coordenação-Geral **PROFESP/PJP**, trimestralmente, relatório de crianças, adolescentes e pessoas com deficiência beneficiadas em parceria com o **PROFESP/PJP**, a fim de compor relatório semestral da Coordenação-Geral do **PROFESP/PJP** na verificação da viabilidade e da continuidade da parceria, em atendimento aos Incisos VII e VIII do Art. 42 da Lei nº 13.019/2014.

10. ATRIBUIÇÕES DO MINISTÉRIO DA DEFESA EM CONJUNTO COM A PASTORAL

10.1. Acompanhar por meio de reuniões trimestrais e/ou relatórios a qualquer tempo, o andamento das ações sociais conjuntas, visando avaliar e redirecionar, caso necessário, as atividades pedagógicas e socioeducativas previstas, como também, criar instrumentos de mensuração dos parâmetros de eficiência, eficácia e efetividade das citadas atividades; em atendimento aos Incisos VII e VIII do Art. 42 da Lei nº 13.019/2014.

10.2. Buscar novas parcerias e convênios, com a finalidade de melhorar o atendimento aos beneficiados pelas citadas ações sociais conjuntas.

10.3. Estabelecer, de forma conjunta, as ações institucionais de divulgação e exploração de imagem decorrentes do presente Plano de Trabalho.

10.4. Observar os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste Plano de Trabalho.

10.5. Os partícipes concordam em oferecer, em regime de colaboração mútua, todas as facilidades para a execução do presente instrumento, de modo a, no limite de suas possibilidades, não faltarem recursos humanos, materiais e instalações, conforme as exigências deste Plano de Trabalho.

11. DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

11.1. No prazo de 30 dias a contar da assinatura do presente Plano de Trabalho, cada partícipe designará formalmente o responsável titular e respectivo suplente, preferencialmente servidores públicos, para acompanhar a execução e o cumprimento do objeto do Plano de Trabalho.

11.2. Competirá aos responsáveis a comunicação com o outro partícipe, bem como transmitir e receber solicitações; marcar reuniões, devendo todas as comunicações serem documentadas.

11.3. Sempre que o indicado não puder continuar a desempenhar a incumbência, este deverá ser substituído. A comunicação deverá ser feita ao outro partícipe, no prazo de até 15 dias da ocorrência do evento, seguida da identificação do substituto.

11.4. Cada partícipe designará um gestor e um suplente, como responsáveis pelo acompanhamento e supervisão das atividades previstas e o cumprimento desta avença.

11.5. O monitoramento e a avaliação da parceria pelo **MD** funcionarão da seguinte forma:

- a. descrição das ações desenvolvidas para demonstrar o alcance dos resultados esperados;
- b. comprovação da execução do objeto, tais como reportagens, atas de reuniões, relatório de término de atividades, fotos e ou outros documentos que o gestor por hora designado julgar necessário.
- c. quantidade de beneficiados atendidos; e
- d. quantidade de Organizações Militares atendidas.

11.6. Para a execução do **ACORDO DE COOPERAÇÃO DPS/SEPESD/SG-MD Nº 01/2024** e do **PLANO DE TRABALHO Nº 02/2024 - CGPROFESP/PJP** não haverá transferência de recursos financeiros e patrimoniais entre os PARTICIPES.

11.7. Eventuais ações derivadas do **ACORDO DE COOPERAÇÃO DPS/SEPESD/SG-MD Nº 01/2024** e do **PLANO DE TRABALHO Nº 02/2024 - CGPROFESP/PJP** que possam implicar necessidade de transferência de recursos financeiros deverão ser viabilizadas por intermédio de instrumentos específicos,

observadas as normas e procedimentos administrativos inerentes e necessários a sua consecução.

11.8. O objeto deste instrumento não envolve a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial da UNIÃO (MD).

11.9. Os recursos humanos empregados pelos PARTÍCIPES, no contexto da execução das atividades inerentes ao presente Plano de Trabalho, não poderão sofrer alteração em suas respectivas vinculações funcionais e empregatícias, sendo vedada a geração de ônus com despesas de pessoal, de um para o outro PARTÍCIPE.

11.10. O prazo de vigência do Acordo de Cooperação será de 24 meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, nas condições previstas no art. 55 da Lei nº 13.019/2014, mediante Termo Aditivo, por solicitação da **MARJ-PM** devidamente fundamentada, desde que autorizada pela Administração Pública, ou por proposta da Administração Pública e respectiva anuência da **MARJ-PM**, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término.

11.11. As alterações no **ACORDO DE COOPERAÇÃO DPS/SEPESD/SG-MD Nº 01/2024** e do **PLANO DE TRABALHO Nº 02/2024 - CGPROFESP/PJP** serão formalizadas por Certidão de Apostilamento, exceto quando se tratar de prorrogação da vigência da parceria, caso em que deverá ser formalizado o devido Termo Aditivo.

11.12. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais. As informações pessoais, presente no **ACORDO DE COOPERAÇÃO DPS/SEPESD/SG-MD Nº 01/2024**, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem, terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo estipulado no Art. 31, §1º, I, da Lei 12.527/2011 a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem. Aquele que obtiver acesso às informações pessoais, presentes no **ACORDO DE COOPERAÇÃO DPS/SEPESD/SG-MD Nº 01/2024** e neste Plano de Trabalho, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem será responsabilizado por seu uso indevido. Poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem. O consentimento não será exigido nas hipóteses previstas no Art. 31, § 3º, incisos de I a V, da Lei 12.527/2011. A restrição de acesso à informação relativa à vida privada, honra e imagem de pessoa não poderá ser invocada com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades em que o titular das informações estiver envolvido. Para o compartilhamento dos dados constante do subitem 9.9 deste Plano de Trabalho, o arquivo, protegido por senha, deverá tramitar por intermédio de e-mails funcionais e institucionais, a fim de garantir a segurança, confidencialidade, transparência e a rastreabilidade.

11.13. Fica estabelecido, expressamente, que as cláusulas constantes do **ACORDO DE COOPERAÇÃO DPS/SEPESP/SG/MD/ Nº 01/2024**, também se aplicam a este Plano de Trabalho.

12. CONCILIAÇÃO E FORO

Na impossibilidade de se dirimir casos omissos e eventuais divergências mediante consultas e entendimentos mútuos ou mediante atuação da Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal (CGU/AGU), nos termos dos artigos 32, II e § 2º, e 43 da Lei nº 13.140/2015, e do art. 41, III, “d”, do Anexo I do Decreto nº 11.328/2023, fica estabelecido o foro judicial da Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal, como competente para processar e julgar quaisquer conflitos decorrentes do Acordo de Cooperação e do Plano de Trabalho, renunciando, os PARTÍCIPES, desde já, a quaisquer outros, por mais privilegiados que possam ser.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Na hipótese de haver divergências, que não puderem ser solucionadas diretamente por consentimento, os partícipes solicitarão à Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal - CCAF, órgão da Advocacia-Geral da União, a avaliação da admissibilidade dos pedidos de resolução de conflitos, por meio de conciliação.

13.2. Os vínculos jurídicos, de qualquer natureza, assumidos isoladamente pelo **MD** ou pela **MARJ-PM**, são de exclusiva responsabilidade do partícipe que os tiver adotado, não se comunicando ao copartícipe, a qualquer título, nem sob qualquer pretexto ou fundamento.

13.3. Cada partícipe responsabiliza-se pelas ações ou omissões praticadas por seus agentes na execução do objeto do Acordo de Cooperação e Plano de Trabalho, obrigando-se a reparar os danos porventura causados ao copartícipe ou a terceiros.

13.4. Fica estabelecido que não decorrerá do **ACORDO DE COOPERAÇÃO DPS/SEPESD/SG-MD N° 01/2024** o estabelecimento de qualquer vínculo, especialmente de natureza trabalhista, entre o pessoal utilizado na execução dos trabalhos e atividades, ficando o **MD** e a **MARJ-PM** isentos de qualquer responsabilidade, ainda que solidária, por dívidas de natureza trabalhista, previdenciária ou tributária relativa a esse pessoal.

13.5. A tolerância, desde que fundamentada, de qualquer dos partícipes por inadimplementos das cláusulas ou condições do **ACORDO DE COOPERAÇÃO DPS/SEPESD/SG-MD N° 01/2024** e desde Plano de Trabalho, deverá ser entendida como mera liberalidade, não produzindo novação, modificação, renúncia ou perda de direito de vir a exigir o cumprimento da respectiva obrigação.

13.6. Foi dispensada a realização de chamamento público para a consecução do objeto desta parceria, em razão do que disposto no art. 29 da Lei nº 13.019/2014, e, em especial, por esta avença não contemplar qualquer tipo de transferência de recursos entre os partícipes.

13.7. Para que produza os efeitos legais e, por se acharem justos e acordados, os partícipes celebram o presente Plano de Trabalho, que vai assinado digitalmente por seus representantes legais e as testemunhas abaixo indicadas.

14. APROVAÇÃO DOS PARTÍCIPES

Pelo SEPESD/MD:

IDERVÂNIO DA SILVA COSTA

Secretário de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais

CMG (RM1) MARCOS WERNECK REGINA

Coordenador-Geral do Programa Forças no Esporte e Projeto João do Pulo

Pela Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro - Pastoral do Menor:

FELIPE LIMA PIRES

Procurador

IONALDO PEREIRA DA SILVA

Procurador

Brasília, 22 de outubro de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Lima Pires, Usuário Externo**, em 31/10/2024, às 17:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Ionaldo Pereira da Silva, Usuário Externo**, em 31/10/2024, às 18:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Werneck Regina, Coordenador(a)-Geral**, em 01/11/2024, às 11:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Idervânio da Silva Costa, Secretário(a)**, em 05/11/2024, às 16:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **7509692** e o código CRC **FC02A157**.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 08/11/2024 | Edição: 217 | Seção: 3 | Página: 31

Órgão: Ministério da Defesa/Secretaria de Orçamento e Organização Institucional/Departamento de Administração Interna/Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO DPS/SEPESD/SG-MD Nº 1/2024

Processo: 60069.000027/2024-15. Acordo de Cooperação DPS/SEPESD/SG-MD Nº 01/2024, celebrado entre o Ministério da Defesa (MD) e a Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro-Pastoral do Menor (MARJ-PM). 1. Objeto: contribuir para o esforço nacional e para o aperfeiçoamento do processo sócio inclusivo, especialmente no Estado do Rio de Janeiro, visando reduzir a exposição dos beneficiados, aos riscos da vulnerabilidade social e a escalada da violência, fatores endêmicos em regiões desassistidas daquele Estado. 2. Vigência: de 05/11/2024 a 05/11/2026. 3. Assinaturas: Pelo MD: Idervânio da Silva Costa, Secretário de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais (SEPESD). Pela MARJ-PM: Ionaldo Pereira da Silva e Felipe Lima Pires, Representantes. 4. Data de assinatura: 05/11/2024.

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

